



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A ARTE COMO POTENCIALIZADORA DE AÇÕES
INCLUSIVAS**

Helena Biondo Kobielski

PASSO FUNDO, RS Brasil

2010

A ARTE COMO POTENCIALIZADORA DE AÇÕES INCLUSIVAS

por

Helena Biondo Kobielski

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**PASSO FUNDO, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

A ARTE COMO POTENCIALIZADORA DE AÇÕES INCLUSIVAS

elaborado por
Helena Biondo Kobielski

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Fabiane Romano de Souza Bridi
(Presidente/Orientador)

Silvia Maria de Oliveira Pavão

Silvio Retamoso Palma

PASSO FUNDO, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A ARTE COMO POTENCIALIZADORA DE AÇÕES INCLUSIVAS

AUTOR: HELENA BIONDO KOBIELSKI
ORIENTADOR: FABIANE ROMANO DE SOUZA BRIDI
PASSO FUNDO - RS

Este estudo refere-se à Arte como um instrumento no processo de ações metodológicas inclusivas para promover a aprendizagem de alunos deficientes que estão incluídos nas escolas regulares de ensino. O estudo partiu de uma pesquisa por meio de um questionário aberto para professores formados em Arte que atuam nas escolas públicas da Rede Municipal de Passo Fundo. O estudo consiste em descobrir como os professores de arte percebem a inclusão em suas escolas e de que forma a Arte pode proporcionar atividades inclusivas. O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer de que forma a Arte por meio de suas linguagens artísticas é um instrumento potencializador de propostas e ações inclusivas nas escolas. O estudo apontou um caminho significativo para ações inclusivas tendo como eixo de um planejamento interdisciplinar, as linguagens artísticas, mas por outro lado apontou também algumas dificuldades, considerando que os professores que não tem conhecimento específico da arte, não conseguem visualizar as possibilidades interativas que a arte pode proporcionar. Durante a pesquisa observou-se no relato dos professores que a arte é um meio potencializador sim, de aprendizagens para os alunos deficientes, pois os mesmos demonstraram que nas aulas de Arte sentiam valorizados e inseridos no contexto escolar. Processando o conhecimento diante das possibilidades, vencendo os obstáculos para superar suas dificuldades. O resultado da pesquisa bem como suportes teóricos, revela que é possível desenvolver propostas de ações inclusivas por meio das diferentes linguagens artísticas desencadeando aquisição de conhecimento, visto que o objetivo de estudo revela grande potencial de desenvolvimentos nas áreas física, motora cognitiva e emocional.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	06
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
3.1 Arte Educação Possibilidades de Aprendizagens.....	08
3.2 Política Pública na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	14
3.3 Aluno com Deficiência e a Escola	21
3.3.1 Professor de Arte e suas experiências.....	22
3.3.2 Professor de Arte e o planejamento.....	24
3.3.3 As Linguagens Artísticas e os processos educacionais.....	26
3.3.4 Mediações estabelecidas por meio da Arte.....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5. REFERÊNCIAS	36
6. ANEXOS	38

1. APRESENTAÇÃO

A arte é elemento indispensável no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do ser humano. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção, perpassa a vida das pessoas, trazendo novas perspectivas e formas ao ambiente e à sociedade em que vive. Potencializa a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação, no convívio social. Contribuindo dessa para o desenvolvimento de diferentes competências, refletindo no modo como se pensa, no que se pensa, e no que se produz com o pensamento.

Segundo Perrenoud (2000) competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, como saberes, habilidades e informações para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Sendo assim as atividades artísticas são capazes de desenvolver o processo cognitivo, de forma instigante, provocando curiosidade na busca de conhecimento.

Portanto, foi através da minha dificuldade de lidar com crianças ansiosas e desmotivadas de uma escola da periferia de Passo Fundo que considerei as possibilidades de uma aprendizagem mais dinâmica, envolvendo os recursos da Arte como ferramenta na construção do conhecimento. Durante esse processo de metodologias diferenciadas constatou-se que a arte tem inúmeras possibilidades de atividades, a fim de transmitir o conhecimento para alunos com baixa auto-estima e dificuldades de aprendizagem, ao ser oportunizado aos mesmos uma proposta voltada para a arte educação.

Ao perceber a desmotivação de não querer aprender, na sala de aula com alunos do primeiro e segundo anos dos anos iniciais do ensino fundamental, foi colocado em prática às possibilidades da arte na aprendizagem desses alunos. Através de pesquisas e estudos foram pensadas formas de fazer ligações entre as linguagens artísticas e os conteúdos a serem estudados em cada ano.

Com atividades envolvendo as linguagens artísticas, os alunos foram desafiados a criar, a pensar, a brincar, a construir e produzir conhecimento de uma forma prazerosa, de um jeito não convencional da sala de aula. Esse foi o diferencial, inovar nas atividades cotidianas da sala de aula e da escola. Não foi uma tarefa fácil, pois não estavam acostumados com aulas dinâmicas, aconteceram

situações de indisciplina. Sendo assim o primeiro passo era impor limites e respeito a regras, para atingir esse objetivo foi usado à linguagem teatral, começando com atividades de concentração, silêncio, observação.

No desenvolvimento da prática pedagógica com a linguagem teatral, foram trabalhados jogos introdutórios de improvisação teatral para que os alunos pudessem se conhecer melhor e aprender a confiar um no outro. Em seguida, quando os alunos estavam mais calmos e confiantes partimos para os jogos dramáticos ou teatrais, através dos quais todos são atores, todos se envolvem no drama para resolver um determinado conflito. Esse segundo momento foi muito importante para a autonomia dos alunos, na organização dos grupos, escolha dos temas e principalmente na escolha do papel que cada um faria, todos participavam, os alunos que não gostavam de interpretar ou eram mais tímidos ficavam encarregados da estrutura de apoio como cenário e figurino.

O projeto foi baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte (PCNs, 1997), que norteou o trabalho, colocando em prática os eixos de conhecimento da arte que são: fruição, reflexão e produção. O primeiro contato que os alunos tiveram com as linguagens artísticas foi o processo de fruição, entrar em contato com o objeto a ser estudado (teatro, dança, música e artes visuais). Em seguida foi trabalhado o processo de reflexão. Conhecer a história do objeto estudado de forma contextualizada, época, lugar contexto social em que foi construído ou criado, o que acontecia de importante com as crianças e pais, sociedade, natureza, meios de comunicações e transportes da época e espaço geográfico do objeto estudado, enfim tudo que fosse relevante para a idade dos alunos. E por último o processo de criação, que é o momento de criar, usar toda a imaginação para resolver um problema de forma criativa e organizada, mostrar o conhecimento adquirido durante a execução da tarefa.

Quando os alunos já estavam acostumados com a nova dinâmica das aulas o conhecimento começou a fluir e foi resgatado o gosto de aprender a aprender. O resultado foi extraordinário, os alunos começaram a se interessar pelas atividades diferenciadas. Tiveram a oportunidade de criar, sem serem cobrados, não existia certo ou errado o importante era fazer, explorar o material, aguçar a curiosidade, sempre mediando questões associada ao conteúdo, criando novas hipóteses e conceitos, elaboração de textos, situações matemáticas, entre tantas outras.

De acordo com os PCNS (1997, p.350) “aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado”. Foi pensando em despertar prazer em aprender que tomei por linha condutora os eixos articuladores de conhecimento da arte.

Segundo Ostrower (1999, p.6) “Não há atalhos para a vida, e tampouco os há para a criação”. Da mesma forma acontece com a aprendizagem dos alunos, não há atalhos, e sim caminhos que devem ser abertos, buscados e seguidos, mesmo quando não se encontra o caminho certo, volta-se e começa novamente a busca até chegar ao destino.

Partindo dessa minha experiência com alunos desmotivados devido à dificuldade de aprendizagem que aguçou minha curiosidade em saber como os professores de Arte, percebe as possibilidades de aprendizagem por meio das linguagens artísticas para promover a inclusão de alunos deficientes. Sendo assim este artigo tem como objetivo: Conhecer de que forma a Arte por meio de suas linguagens artísticas é um instrumento potencializador de propostas e ações inclusivas nas escolas.

Na primeira parte do artigo serão abordadas as questões metodológicas e os caminhos investigativos da pesquisa, todo o processo percorrido até chegar a uma resposta plausível. No segundo capítulo serão desenvolvidas as questões teóricas da educação inclusiva relacionando-as com os pressupostos teóricos da arte como conhecimento. E na terceira parte, será relatada a conclusão do trabalho, o que se observou de concreto durante a pesquisa.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa por realizar a busca de respostas para o tema “A Arte como potencializadora de ações inclusivas”. A pesquisa qualitativa considera mais o processo e os significados do que as respostas quantitativas. Desse modo o tema a ser estudado e pesquisado se refere a um assunto atual e que ainda causa muita polêmica entre os professores. Como desenvolver atividades inclusivas para atender o aluno deficiente e os demais, de forma que todos aprendam.

O objeto de investigação e pesquisa é a Arte, como mediadora dos processos inclusivos. E para chegar a uma conclusão eficiente e satisfatória foi feito uma coleta de dados através de um questionário aberto com as seguintes questões:

1 - Na sua experiência de professora de arte, já teve um aluno com deficiência? Fale como foi esta experiência.

2- Que efeitos um aluno com deficiência produziu no planejamento do teu trabalho pedagógico, e no planejamento de suas aulas.

3 – Como você vê a arte e o uso da linguagem artística frente aos processos educacionais inclusivos?

4 – Como você observa a mediação estabelecida por meio da arte para os alunos com deficiências, em seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social?

Essas perguntas foram realizadas com 10 professores de artes das escolas da Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo/RS. O questionário compreende perguntas sobre o conhecimento destes professores frente à inclusão escolar e sobre as propostas metodológicas desenvolvidas em seu componente curricular. Posteriormente, as respostas dos questionários foram compiladas constituindo-se em material de análise da pesquisa.

Na rede municipal são aproximadamente 30 professores que trabalham com arte, porém nem todos têm formação em Arte, desses 30 apenas 25 tem formação específica, os demais têm outras formações, inclusive Pedagogia.

Os professores entrevistados foram 10, todos atuam nos anos finais do ensino fundamental, foram envolvidas 08 escolas para desenvolver o trabalho. Dos 10 professores envolvidos na pesquisa 02 professores trabalham na mesma escola, sendo 05 com experiências de alunos incluídos e 05 sem experiências, porém o

retorno dos questionários não foi satisfatório, dos 10 professores entrevistados, apenas 07 retornaram, os 03 restantes entrei em contato, mas se recusaram a responder ou falar sobre o assunto, argumentando não ter tempo para preencher mais uma folha de papel ou esqueceu.

Todas as escolas municipais estão localizadas na periferia da cidade, portanto seus alunos deficientes ou não, provêm na sua grande maioria de famílias de baixa renda, com muitas dificuldades de proporcionar ao filho uma qualidade de vida melhor.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Arte e possibilidades de aprendizagens

As atividades envolvendo as linguagens artísticas desafiam os alunos a criar, a pensar, a brincar, a construir, além de impor regras, concentração, silêncio e observação. De acordo com Spolin (2007), a utilização dos jogos dramáticos ou jogos teatrais ajudam o aluno a se concentrar, encontrar soluções para resolver um problema, trabalhar em equipe, liderar, respeitar regras, conhecer seus limites, o limite do outro, lidar com suas emoções, aprender a superar as dificuldades de relacionamento e timidez. Esses dois tipos de jogos guardam uma semelhança e, ao contrário dos outros jogos, seu particular é que neles o jogador assume diferentes papéis. Enquanto um grupo apresenta determinado conflito, os demais assistem, constituindo-se em público.

Na arte, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte PCNs, (1997) trabalha-se com três eixos articuladores de conhecimento. Primeiro eixo é a Fruição, que implica em confrontar o aluno com o objeto a ser estudado, é apreciação significativa da Arte e do Universo a ela relacionado. É o próprio ato de perceber, ler, analisar, interpretar, criticar, refletir sobre um texto sonoro, pictórico, visual e corporal. É uma conversa entre o aluno e a obra, onde também se faz presente a intuição, a imaginação e a percepção. É o primeiro contado com a obra de arte.

O segundo eixo é à Reflexão. Nesse processo reflete-se a respeito da história de cada objeto artístico estudado, já que a Arte é produto da história e da multiplicidade das culturas humanas. Além da apreciação da arte é de fundamental importância a contextualização da obra de arte que envolve o panorama social, político, histórico e cultural em que foi produzido. Ao estabelecer estas relações e contextualizações deve-se considerar a idade do aluno e a maturidade da turma.

O terceiro eixo que é a Produção. O fazer artístico. O próprio ato de criar, construir, produzir. É o momento em que os alunos desenham, pintam, modelam, recortam, colam, cantam, tocam um instrumento, compõe, dançam, representam, constroem personagens, simbolizam, criam outras melodias, outros instrumentos musicais, enfim outras possibilidades de criação.

A arte é conhecimento, e por ela ser conhecimento, deve ser compreendido, como acolhedora dos diferentes no modo de pensar, de ser, de agir, de desejos, sonhos, fazeres, descobertas, e até formas de prazeres na execução de tarefas escolares. As atividades artísticas proporcionam ao aluno o exercício das relações de cooperação, diálogo e respeito mútuo. Propicia o crescimento integrado do sujeito sob vários aspectos, contribuindo efetivamente no processo de inclusão, pois busca o desafio de priorizar os segmentos populacionais excluídos do acesso ao conhecimento, considerando cada sujeito na sua individualidade, contribuindo no desenvolvimento de todos os alunos, incluindo os alunos com deficiências. Na arte nada é pronto, tudo se cria, do mesmo modo que não tem erro, nem acerto, tudo é uma questão de interpretação dos fatos estudados.

O fortalecimento das atividades artísticas também amplia e fortifica a comunicabilidade, incentivando a sociabilidade e o processo de cidadania, bem como, produz nos alunos, um forte senso de reflexão e problematização através da troca de informações. A interação dos alunos através das linguagens artísticas – teatro, música, artes visuais e dança – permite a integração de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, interagindo efetivamente com o conhecimento e com os outros, com o intuito de desencadear situações de aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. Outro ponto importante é a valorização das experiências de vida de cada sujeito considerando seu contexto sócio-cultural e sua singularidade.

Desse modo, a arte é um dos mais importantes transmissores de conhecimento. Dela obtêm-se uma visão da experiência e dos valores humanos. O aprendizado da arte é assim definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS, 1997, P.21) “Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve também, conhecer, apreciar e refletir as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas”.

De acordo com os PCNS (1997) em arte, cabe ao professor de arte acreditar no potencial de seus alunos e no poder da criatividade de cada um, incentivando e possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades principalmente quando se refere aos alunos com deficiências, pois a arte ajuda a expressar as formas de pensar, sentir, fazer, e saber, de maneira prática e prazerosa.

Pode-se dizer que a sala de aula é um ambiente de diversidade, pois abriga um universo em movimento constante. Cada aluno é singular, tem padrões diferenciados e apresenta possibilidades cognitivas diversas de aprendizagem. Diante dessa diversidade é importante que a escola seja um espaço onde proporcione atividades que envolva todas as questões sociais, sem deixar de lado seu papel, desenvolvendo projetos que ajudem a promover a aprendizagem dos alunos sem exceção tanto no aspecto cognitivo, social, cultural, emocional e motora tendo em vista uma educação inclusiva.

Se a sala de aula é um espaço de diversidade então não se pode querer que todos aprendam do mesmo jeito. E quando se quer que todos sejam iguais, proporciona-se o fracasso escolar. Quando o aluno está desestimulado para aprender, não adianta insistir em atividades convencionais ou na repetição, torna-se uma rotina muito chata, e ele não vê prazer em vir para a escola. Fora da escola é mais divertido, principalmente para alunos de escolas de periferia, cuja prioridade é sobreviver à adversidade que a vida lhe impôs, escapar da violência, comer, se proteger do frio, entre outros.

Gardner (1994) diz que todos os seres humanos são capazes de, pelo menos, sete diferentes modos de conhecer o mundo, é na forma com que tais inteligências são estimuladas e combinadas para executar diferentes tarefas, resolver problemas que faz com que o sujeito use mais de uma inteligência, progredindo, dessa forma, em várias áreas da sua vida pessoal, social e cognitiva. Isto é, as inteligências são competências que se desenvolvem ao longo da vida.

Todos possuem inteligências de formas diferentes e usam conforme são solicitadas para resolver problemas simples ou complexo do dia a dia, seja no trabalho ou na escola. Para algumas pessoas certas inteligências, são mais visíveis que outras, como por exemplo, o dom da música, de pintar, esculpir, dançar, falar, escrever. Além disso, a execução de uma tarefa sempre envolve a interação entre as diferentes inteligências.

Lakomy (2003) analisa as inteligências múltiplas de Gardner, considerando os seguintes aspectos:

- **Inteligência lingüística:** é a competência de trabalhar criativamente com palavras e frases na expressão oral e escrita.

- **Inteligência lógico matemática:** é a competência para lidar com o raciocínio de maneira lógica e solucionar problemas envolvendo números e elementos matemáticos.
- **Inteligência Musical:** é a competência de reconhecer tons e sons musicais, produzir criativamente música observando as notas musicais em sua escala.
- **Inteligência Espacial:** é a competência de relacionar padrões, perceber similaridades nas formas espaciais, relacioná-las e poder visualizar no espaço tridimensional. Ela não depende da visão, crianças cegas também podem pelo tato desenvolver habilidades espaciais. Esta competência está presente em arquitetos, pilotos, navegadores, jogadores de xadrez e artistas plásticos.
- **Inteligência Corporal Cinestésica:** é a competência de controlar e manipular o corpo. Está presente em atores, mímicos, bailarinos, cirurgiões, mecânicos, atletas e malabaristas.
- **Inteligência Interpessoal:** é a competência de compreender e relacionar-se com os outros. Está presente em terapeutas, professores, políticos, atores, vendedores.
- **Inteligência Intrapessoal:** é a capacidade de nos conhecer, estar bem conosco, de conhecer nossos limites, desejos, medos e de administrar nossos sentimentos de maneira a atingir nossos objetivos.
- **Inteligência Naturalista:** incluída por Gardner recentemente, se relaciona a nossa sensibilidade ao meio ambiente.

A teoria de Gardner contribui para uma metodologia interdisciplinar levando em conta o potencial de cada aluno, e as formas diferenciadas de aprender. Desse modo, o professor deve considerar as diferenças entre os alunos em vez de ignorá-las e garantir que cada um, seja estimulado para desenvolver o seu potencial. Segundo Lakomy (2003, p. 68) “é função da escola, enfatizar uma educação centrada no aluno, seus interesses, aptidões e objetivos, ou seja, trabalhar com as diferenças para que elas sejam usadas a favor do aluno.” A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares só será verdadeira quando a escola pensar de forma inclusiva e criar metodologias inclusivas, levando em conta as diferenças individuais de cada aluno, seja ele com deficiência ou não. Quando a escola tiver um olhar nas possibilidades de aprendizagem do aluno se tornará mais fácil desenvolver atividades onde todos aprendem independente de suas condições cognitivas, sensoriais, físicas e sociais.

Deste modo, Gardner (1994) defende a idéia de que para os alunos adquirirem conhecimento é preciso que os professores apresentem os conteúdos escolares de diversas formas. Garantindo que as aprendizagens possam ser construídas por vários meios de interação com o conhecimento, possibilitando ao aluno encontrar um meio pessoal de aprender e de lidar com sua aprendizagem, formulando novas hipóteses e conhecimentos a partir do que já aprendeu ou já sabe.

No ponto de vista das inteligências múltiplas é possível proporcionar uma educação inclusiva ao se considerar todas as possibilidades de inteligências dos alunos e explorar aquela, a qual o aluno apresenta mais facilidade. A arte pode ser o meio facilitador na exploração de talentos e possibilidades para qualquer aluno, sempre respeitando seu potencial e habilidades. A arte pode ser um instrumento potencializador de atividades inclusivas, porque seu conhecimento não exige certo ou errado, bonito ou feio, mas sim a investigação de formas e maneiras para resolver determinada tarefa. O importante é o raciocínio do aluno para chegar a determinada conclusão em sua tarefa artística, seja ela no desenho, na pintura, na escultura, na música, na dança ou no teatro.

A arte permite criar, inventar e pesquisar sendo que também desenvolve a percepção, criatividade, sensibilidade e coordenação, incentivando o desenvolvimento de habilidades e competências que serão usadas nas demais áreas do conhecimento. Desse modo, o trabalho com a arte resulta da ação conjunta do fazer, do olhar e do pensar na resolução de problemas. O ensino da arte pode romper barreiras de exclusão, visto que a prática educativa está embasada não no talento ou no dom, mas na capacidade de experienciar de cada um.

Ostrower (2003, p. 9) diz que “Criar é basicamente, formar. É poder dar uma forma a algo novo. O ato de criador abrange, portanto a capacidade de compreender; e esta, por sua vez de relacionar, ordenar, configurar e significar.” A concepção de arte no espaço escolar implica numa expansão do conceito e da cultura de cada aluno, que inserido nos processos educacionais, configura-se na construção e transmissão de conhecimentos. A cultura está em permanente transformação, o que possibilita ações que valorizam a produção e a transmissão do conhecimento.

Cabe então ao professor de arte articular esses conhecimentos de identidade cultural de cada aluno e promover dentro da sala de aula propostas de conhecimentos gerais, a partir das linguagens artísticas. Este professor pode promover atividades inclusivas e prazerosas para todos os alunos da sala de aula, ao mesmo tempo em que, planeja coletivamente com seus colegas a construção de um trabalho interdisciplinar, afim de que, o conhecimento alcance a todos, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um e valorizando as competências e habilidades individuais.

Este processo pedagógico busca a dinâmica entre o sentir, o pensar e o agir. Promove a interação entre saber e prática relacionados à história, as sociedades e culturas, possibilitando uma relação entre ensino e aprendizagem de forma efetiva, a partir de experiências vividas, múltiplas e diversas. Considera-se também nesta proposta a vertente lúdica como processo e resultado, como conteúdo e forma.

3.2 Política Pública na Perspectiva da Educação Inclusiva

De acordo com Damilano e Turchiello (2008, p. 86) “política pública é um conjunto de normas ou ações governamentais que visa alcançar determinados objetivos para benefício dos cidadãos”. Portanto políticas públicas ou políticas sociais é um conceito que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos que é utilizado nas mais variadas áreas, pois permite estudar o espaço social antes da implementação. No que se refere a educação são estratégias que definem ações para a aquisição de recursos destinados a educação.

Seguindo o pensamento de Damilano e Turchiello (2008). O princípio das políticas públicas educacionais leva em conta a igualdade de oportunidades, propiciando para todos uma educação de qualidade independente da condição social do sujeito. A partir desse pressuposto de educação de qualidade para todos, a política para a educação especial deve definir objetivos educacionais sem distinção para todos os alunos, com deficiências ou não, bem como, garantir um espaço adequado na escola regular tanto no aspecto físico, quanto no aspecto pedagógico, considerando as diferenças individuais dos alunos.

Para compreender melhor a trajetória da Educação Especial juntamente com as políticas públicas de inclusão no Brasil, levou-se em consideração como base a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Ainda, segundo Menezes e Munhoz (2009), o contexto sócio histórico brasileiro revela que bem antes da proclamação da República, no período Imperial, já existia um pensamento voltado para as pessoas com deficiências embora existisse preconceito, pois as pessoas deficientes eram escondidas dependendo do seu grau de deficiência. As primeiras escolas especiais surgiram para atender pessoas surdas e cegas. Sendo que as outras deficiências ficavam escondidas em casa ou em hospitais (hospícios).

Parafraseando Menezes e Munhoz (2009). Pode-se dizer que a educação especial no Brasil passou a ser vista com um olhar mais sério, mobilizando um compromisso maior em oferecer uma educação escolar com o apoio pedagógico especializado, no início do século XX, onde se percebe que o potencial do deficiente pode ser desenvolvido, superando suas limitações, quando estimulado

adequadamente. A partir desse novo olhar para as pessoas com deficiências, começa um movimento para construir espaços especializados de atendimento para esses sujeitos. Considerando a evolução sócio-histórica Brasileira a compreensão e interesse de socializar as pessoas deficientes, como sujeitos da sociedade, e garantir seus direitos de cidadãos começaram a partir da proclamação da República com a chegada de brasileiros que foram estudar na Europa e voltavam com novas idéias para modernizar o País.

Porém, foi na década de 20 que começou o movimento de expansão das Instituições de Educação Especial, e a partir desse momento iniciam-se medidas públicas para atender com dignidade as pessoas com deficiências. Na década de 60 surgem os centros de reabilitação para todos os tipos de deficiência. Nesse mesmo período foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61), referendando o compromisso do poder público com a Educação Especial.

A Lei nº 5.692/71 altera a LDBEN de 1961 ao definir tratamento especial para alunos com deficiências físicas e mentais os que se encontram em atrasos quanto à idade regular e a série, e os superdotados. Porém, o modelo educacional ainda é muito ligado à vertente médico-pedagógica, cujos fundamentos seguem a definição do treino de habilidades, desenvolvida por meio de técnicas e serviços especializados.

Em 1973 é aprovado o decreto 72.425 de 03/07/1973 que cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Órgão competente para coordenar as diretrizes da educação especial no Brasil.

Nos anos 80, acontece o primeiro Seminário Nacional de Reabilitação Profissional, em Bauru – SP. Nesse evento, são discutidas as bases filosóficas e teóricas da relação entre a sociedade brasileira e a população de pessoas com deficiência. Pessoas participantes desse evento tornaram-se, posteriormente pilares da transformação dessa relação no País que veio motivar uma sociedade que clamava por transformações significativas nessa área, para debater, organizar e estabelecer metas e objetivos que encaminharam novas ações importantes para as pessoas com deficiências. O ano de 1981 fica decretado como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos objetivos “promover o bem de todo, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras

formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define no artigo 205, a educação como direito de todos garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8.069/90, no artigo 55 reforça os tramites legais ao determinar que os pais ou responsáveis sejam obrigados a matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, que passam a ser considerados, não mais como objetos de assistência social, mas como sujeitos de direitos, inclusive, à educação.

A proposta de educação para todos, foi consolidada em 1990 a partir do compromisso assumido pelas nações que compareceram à Conferência Mundial da UNESCO, realizadas em Tailândia. O Brasil, assumindo essa proposta passa a pensar na transformação do sistema educacional para acolher a todos, com igualdade de qualidade e condições.

Em 1994, a UNESCO promove a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, uma convenção que resulta no documento chamado Declaração de Salamanca, cujo objetivo é o compromisso dos países participantes com a população de pessoas deficientes e sua inclusão na escola regular e na sociedade, bem como, a influenciar a formulação das políticas públicas e da construção de escolas inclusivas. O Brasil assume esse compromisso, adotando políticas públicas para a efetivação desse novo paradigma de educação.

Após a promulgação da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Especial passa a ser objeto de muitas discussões, especialmente, no que se refere ao seu artigo 58. Neste a educação especial como modalidade de educação escolar deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos com deficiências. Tal legislação produz ações de reformulação do sistema de ensino no país a fim de atender a diversidade, e promover a inclusão. No artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organizações específicos para atender as suas necessidades; assegurar a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e assegurar a aceleração de estudos aos superdotados.

A Convenção de Guatemala de 1999 promulgada no Brasil pelo decreto nº 3956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos

e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não serem submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Foi na década de 90 que se tomam atitudes relevantes em relação ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial. Esta é compreendida como falha, pois não consegue atender a amplitude da inclusão. A proposta de inclusão esbarrou na falta de formação do professor para atender esse novo público, bem como na acessibilidade do espaço físico, bem como um currículo flexível e adaptado.

Outro marco importante na história brasileira sobre inclusão foi à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998 o qual norteia diretrizes de educação onde possam ser desenvolvidos métodos pedagógicos que atenda toda a diversidade do País e das salas de aula de acordo com a realidade de cada comunidade escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, garante a formação do professor, recursos pedagógicos e físicos para o atendimento do aluno incluído. Para os alunos surdos é garantido através da Lei nº 10.436/02 a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, e a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia.

Para alunos cegos a difusão do sistema Braille atende todas as modalidades de ensino com tradução da Língua Portuguesa para o Braille o que facilita o trabalho do professor, pois ele pode traduzir o material didático. Essas duas deficiências não são difíceis de atender em uma escola regular, porém sem o suporte pedagógico necessário para desenvolver a aprendizagem do aluno surdo ou cego é quase impossível, é muito difícil. A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretriz e normas para o uso, o ensino e a difusão do Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação de seu uso em todo o território nacional.

Em 2003 é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, promovendo a formação de gestores e educadores nos municípios

brasileiros, para garantir o acesso de alunos deficientes a escolas regulares com atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento: O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. A publicação deste documento não garante uma atitude satisfatória em relação às deficiências. Falta uma ação mais concreta a fim de estudar com mais profundidade as deficiências e suas especificidades. A formação garantida pela lei não é suficiente, a complexidade da ação inclusiva não é contemplada em algumas horas de formação. Estas horas não garantem segurança, conhecimento e competências para o professor, que apesar da ausência deste conhecimento técnico sobre a inclusão e as diferentes deficiências, procura fazer o melhor, no trabalho pedagógico com os alunos incluídos.

Analisando por esse viés, a formação se torna muito vaga, é preciso uma estrutura bem equipada com suportes de vários profissionais: como neurologistas, psicólogos, fisioterapeutas, psicopedagogos, professores, equipe gestora e outros profissionais que sejam necessários para atender com qualidades esses alunos, além de um diálogo constante entre essa equipe multidisciplinar e a família. O objetivo é que isso aconteça, mas a realidade não é essa, muitas vezes os professores não encontram a ajuda necessária e acabam por construir seu conhecimento e as propostas pedagógicas de seu jeito, ficando frustrado com resultados insatisfatórios.

Por outro lado têm aqueles professores que não aceitam alunos deficientes nas escolas regulares, o que torna a inclusão mais difícil de acontecer. É um trabalho em longo prazo, até que todos tomem consciência de seu papel e assumam suas responsabilidades. Se cada um fizer a sua parte, vai começar a dar certo, se não a teoria ficará só no papel. O assunto inclusão é muito amplo para ser tratado com poucas horas de formação é preciso repensar as políticas públicas em relação à formação dos professores com mais seriedade. Não começar de cima para baixo, primeiro é preciso preparar o sistema educacional para depois incluir destacando a importância de recursos financeiros e humanos.

Em 2005, é implementado os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/superdotação – NAAH/S. Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixo a formação de professores

para a educação especial, a implementação de salas de recursos multifuncionais e acessibilidade arquitetônica.

A partir desse momento começa a transição, no qual procura romper com uma tradição seletiva e excludente no campo educacional, que reduzia a função da instituição escolar à transmissão de conhecimentos aos alunos capazes de serem instruídos. Tal tradição seletiva, obviamente, excluía aqueles que seriam, supostamente, inaptos para a escolarização. Mas ainda tem muito a se fazer, são os primeiros passos, e esses passos ainda estão bambos, trêmulos e amedrontados, trilhando um caminho inseguro. Os professores precisam de ajuda, sem essa ajuda se perderam no caminho.

Reflexões sobre a educação inclusiva é um assunto que vem sendo discutido há vários anos, assumindo o centro das atenções no debate educacional da sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A importância dessa política é o conhecimento dos avanços em relação à educação inclusiva no Brasil. O documento aponta os marcos históricos e normativos, que surgiram a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresenta um diagnóstico da educação especial, através do censo escolar e tem como objetivo o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

As discussões sobre o direito de todos à educação, incluindo crianças com deficiências tornam-se concreto a partir da conferência de Salamanca. Autoridades governamentais de diferentes países assumiram o compromisso com políticas públicas para atender essa demanda de crianças que historicamente estiveram à margem do processo educativo sem possibilidades de assumirem o papel de cidadãos.

O grande desafio das Secretarias de Educação de cada Estado, bem como, de cada Município junto com a União na realidade atual, é dar apoio, acessibilidade e formação para os professores das escolas a fim de promover mudanças significativas nas ações pedagógicas, com base no conceito de cidadania dos direitos humanos fundamentado no reconhecimento e respeito das diferenças.

No momento em que a escola percebe essas diferenças e busca ações para promover uma aprendizagem onde todos aprendam e superam suas limitações então a escola está promovendo a inclusão dos sujeitos, sem discriminação de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas. Nesse sentido, a escola precisa rever seu projeto político pedagógico, o qual deve prever as ações coletivas visando os processos inclusivos, bem como, garantir no regimento escolar a utilização de recursos e estratégias que garantam a aprendizagem dos alunos incluídos. (SEESP/MEC, 2008)

Ações governamentais a nível nacional e internacional existem, é uma política cultural, social e pedagógica, que vem em defesa do direito de todos aprenderem juntos, sem discriminação. Os marcos – histórico e normativo – mostram o processo que a educação inclusiva percorreu até o momento a nível mundial, percebe-se que muito se avançou com as políticas públicas destinadas a educação especial. Quanto ao município de Passo fundo, essa discussão sobre educação inclusiva é recente, tem apenas três anos, mas o município está engajado nesta modalidade educacional com o Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Várias escolas da rede municipal receberam alunos deficientes e alguns professores receberam formação específica para trabalharem com os alunos da educação especial e outros ainda não. O município ainda tem um longo caminho a percorrer para assegurar uma boa educação para todos, os primeiros passos foram dados, o mais importante é o professor aceitar e respeitar a diversidade, enfrentar os medos, encarar os desafios, pois a inclusão só acontece quando há respeito pelas diferenças e aceitação das diversidades.

3.3 Alunos da educação especial e a escola inclusiva ou escola comum

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares da Rede Municipal de Passo Fundo é recente. Em 2005 começou-se a pensar com mais ênfase a respeito desse sujeito. Em 2006, alguns alunos começaram a frequentar a escola regular, em um número bem reduzido, nos anos seguintes o número de alunos incluídos cresceu e vem crescendo cada vez mais.

Atualmente no ensino fundamental temos 133 alunos deficientes, distribuídos da seguinte forma: 93 deficientes intelectuais, 06 deficientes físicos, 19 deficientes visuais, 03 deficientes auditivos, 10 alunos com transtorno global de desenvolvimento e 02 com altas habilidades/superdotados. Na Educação infantil o número é menor, são 11 alunos incluídos, sendo que 05 são deficientes intelectuais, 03 deficientes físicos, 02 deficientes visuais e 01 deficiente auditivo.

Apesar do esforço da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo em promover formação para os professores, e dar o apoio necessário ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, ainda encontra-se muitas restrições por parte de alguns professores. E quando o problema parte da não aceitação do professor a inclusão e a aprendizagem não acontece. Por outro lado existem professores conscientes de seu papel de educador e não enxergam as dificuldades e sim as possibilidades de uma educação inclusiva, buscando inovar sua prática metodológica a fim de promover o conhecimento a todos seus alunos.

Nos anos finais o número de alunos deficientes incluídos é menor que nos anos iniciais, por isso, nem todos os professores de arte tiveram experiências com alunos deficientes em sala de aula. Atualmente existem 25 professores de Arte, no contexto da Rede Municipal de Ensino.

3.3.1 Professor de arte e suas experiências com alunos deficientes

No que diz respeito à experiência com alunos incluídos nas aulas de arte, os professores entrevistados afirmam que não tem dificuldade em fazer um planejamento inclusivo a fim de atender a todos sem discriminação ou rejeição, pois o aluno deficiente responde muito bem as propostas artísticas, além de se concentrarem melhor nas aulas de arte, alguns deles são detalhistas. Acreditam que a Arte é um meio eficaz no âmbito pessoal, intrapessoal ou interpessoal. A arte desperta a curiosidade e todo o aluno é curioso, o aluno deficiente também é curioso, e essa curiosidade faz com que ele goste de aprender e buscar coisas novas. E cada assunto diferente que ele aprende é uma grande descoberta, e as linguagens artísticas proporcionam essa curiosidade.

O bem estar de todos os alunos depende do professor como agente de intervenção na ação ensino aprendizagem, porque a educação está inserida no âmbito dos direitos humanos, portanto este aluno tem o direito de aprender independente de sua situação cognitiva, motora e social. Reily (1976) relata que a atividade artística é um meio de expressão criativa, em que a criança expressa além de linhas e traços o seu mundo psicológico, algo que é só dela. É importante perceber o aluno de maneira global, em seus aspectos: mental, emocional, social e motor. Por isso a importância, do professor saber que além do objetivo específico da arte que é desenvolver a criatividade do aluno deve oferecer condições para expressão, favorecer o intercâmbio social, estimular o desenvolvimento da coordenação motora e motricidade fina, saber que toda programação deve estar baseada nas necessidades do grupo e nas características específicas de cada um. Aqui implica nos costumes culturais de cada aluno, mesmo o aluno com deficiência tem uma cultura específica, seja familiar ou social, dependendo do conhecimento de mundo é que o aluno deficiente traz em sua bagagem é a forma que ele vai desenvolver conceitos mais complexos e estabelecer o elo entre os novos conhecimentos adquiridos no contexto escolar.

No relato de uma professora, ela observou que seu aluno deficiente, incluído na 6ª série, respondia muito bem as propostas de atividades artísticas era participativo e interessado, porém percebia que ele tinha dificuldades quanto à

turma, por tratar-se de uma turma agitada e por vezes sentia o aluno deslocado e confuso.

A experiência de uma professora com um aluno autista na 7ª série que está incluído há três anos na escola tem sido difícil e desafiadora. Esta especificidade implica em uma redução dos processos de interação, socialização e linguagem. Portanto essas trocas reduzidas produzem no professor uma insatisfação por não conseguir realizar o que é proposto, considerando o aluno resistente em desenvolver propostas artísticas. Não consegue interagir no seu desenvolvimento de criação, já no que diz respeito às outras áreas do conhecimento o aluno autista apresenta um nível intelectual de entendimento muito bom, principalmente na Língua Inglesa, tem excelente pronúncia com tradução correta.

De acordo com Lowenfeld (1977, p.17) “tudo quanto à criança faz e todas as experiências por que passa exercem alguma influência sobre ela”. Com certeza o trabalho dessa professora não é em vão, alguma coisa esse aluno autista está captando como experiência para a vida dele. Porém, a mesma professora tem outra aluna incluída, na 5ª série com deficiência intelectual. Com essa aluna a professora consegue trocar idéias, criar diálogos e interagir. A experiência com essa aluna é enriquecedora, ela se destacou no teatro quando a professora propôs jogos teatrais, interagiu com os colegas, demonstrou interesse, envolvimento e produziu conhecimento. Alunos que trabalham com qualquer uma das modalidades da arte estabelecem relações mais amplas com o mundo.

A arte favorece a abertura do conhecimento e da imaginação, solicita que todos os sentidos desenvolvam suas habilidades. Torna o aluno capaz de perceber os códigos da escrita e dos números. Os professores entrevistados relatam a sua experiência de uma forma subjetiva e afirmam que precisam estar preparados para receber o aluno com deficiência, conhecer mais sobre cada deficiência e suas especificidades, sentem-se impotentes diante dos novos desafios que a educação impõe.

3.3.2 Professor de arte o planejamento

Os alunos com deficiência produzem efeitos no planejamento do trabalho pedagógico e na organização das aulas de artes. Os cinco professores com experiências de alunos deficientes em suas salas de aulas relatam à necessidade do planejamento ser antecipado de uma reflexão mais detalhada procurando entender como esse aluno pensa, sente e interage é preciso entender o aluno para depois planejar.

A intervenção educativa tem o objetivo de promover o desenvolvimento potencial do aluno, a partir do seu desenvolvimento real favorecendo sua interação com os objetos socioculturais (livros, falas, ações), oportunidades de interação em todos os aspectos de aprendizagem com os outros. (VYGOTSKY, 1996, p.75).

Dessa forma, o caminho para atividades inclusivas é conhecer o aluno e como já foi citado antes, ver as possibilidades de aprendizagens desse aluno, considerando as suas dificuldades e trabalhando sobre as suas possibilidades. É preciso conhecer a realidade do aluno para poder decidir o que fazer pedagogicamente em função do conhecimento.

Sendo assim, em relação ao planejamento os professores responderam que não vêm dificuldades, porém, este planejamento produz um efeito desafiador, já que o aluno deficiente adquire um vínculo mais afetivo em relação ao professor, isto é, demonstra mais a sua sensibilidade afetiva, desse modo ao trabalhar atividades artísticas o professor não só está desenvolvendo os aspectos cognitivos dos alunos em especial do aluno deficiente, mas passando também a enfatizar os aspectos afetivos que são resgatados durante um momento lúdico. Conforme Rego

Quando os problemas de aprendizagem ou fracassos escolares ocorrem devido à anulação das capacidades e o bloqueio das possibilidades de aprendizagens a construção de situações mais significantes de ensino podem auxiliar na busca pelo sucesso escolar. (REGO, 2000, p.80).

Sendo assim os professores vêm à arte como uma aula dinâmica, individual na sua produção, porém grupal e participativa na sala de aula, onde os colegas podem interagir e intervir, auxiliar e se movimentar, participando com idéias e soluções flexíveis. São momentos de aprendizagens significativas, valorizando o

sucesso escolar, com troca de experiências e opiniões favorecendo a socialização do conhecimento. Fernández aponta que:

Somente ao relacionar-se com o saber, interar-se com o conhecimento é que pode se compreender o significado da aprendizagem. A sala de aula deve ser um espaço de confiança, de liberdade (sem libertinagem, mas com limites), de conteúdos interdisciplinares, de inclusão dos diferentes, de aceitação do novo e de afetividade. É nesse espaço de interação que a aprendizagem irá ocorrer. (FERNÁNDEZ, 1990, p.51).

O sucesso da aprendizagem do aluno deficiente está na realização de um trabalho prazeroso, onde ele consiga realizar as tarefas sem sofrimento, nesse caso as atividades lúdicas auxiliam na busca de aprender, e do despertar do aprender a aprender. As atividades planejadas devem ser as mesmas, porém adequar de acordo com as possibilidades dos alunos e respeitar o seu tempo de produção.

3.3.3 As linguagens artísticas e os processos educacionais inclusivos

Diante das possibilidades da arte e do uso da linguagem artística frente aos processos educacionais inclusivos os professores foram unânimes em afirmar que a arte é uma forma potente de comunicação. Isto, no que se refere aos alunos incluídos fica evidente, pois normalmente os alunos mesmo com deficiências mais graves participam de atividades artísticas e conseguem expressar-se e interagir com os demais. Além disso, pode ser desenvolvida toda uma alfabetização pela linguagem da arte, pois é ampla, dinâmica e ocasiona um envolvimento e uma “catarse emocional” como afirma uma das professoras.

Uma professora relatou que é de grande ajuda se os professores tiverem uma preparação para trabalhar com as propostas inclusivas por meio da arte, ela argumenta: “só posso interferir naquilo que conheço. Se eu compreender meu aluno, posso ajudá-lo a se expressar através de aulas que contemplem o desenvolvimento destas habilidades e produzam o conhecimento que é o produto da educação, mas para isso preciso de suporte, tanto teórico como pedagógico, além de saber quem é esse meu aluno? Como sente, pensa e age? De que forma posso atingi-lo?”. Gardner (1994) analisa as Inteligências Múltiplas para enfatizar um número desconhecido de capacidades humanas diferenciadas variando desde a inteligência musical até a inteligência interpessoal e intrapessoal. Mas a sociedade coloca a inteligência linguística e a inteligência lógica matemática em primeiro lugar, acreditando que, desta forma, o sujeito entrará para a faculdade e depois será bem sucedido, esquecendo que para ter sucesso profissional vai precisar utilizar as outras inteligências.

Na verdade o ser humano precisa de todas as inteligências, precisa que todas funcionem juntas para resolver problemas. Com o aluno deficiente não é diferente o professor tem que proporcionar atividades que venham ao encontro do desenvolvimento integral desse aluno, para que ele possa desenvolver de acordo com suas superações as inteligências necessárias para sobreviver dentro da sociedade. Não basta este aluno saber ler e escrever, ele tem que saber se movimentar no meio social, sempre respeitando o seu limite, mas mostrando caminhos de superação.

3.3.4 Mediações estabelecidas por meio da Arte

No que diz respeito às mediações estabelecidas por meio da arte para os alunos com deficiências, os professores relatam que a Arte é importante, pois é a partir dos desenhos (garatuja) que a criança inicia suas relações e seu desenvolvimento, tanto motor quanto cognitivo. E é também através das brincadeiras e cantigas de roda que a criança interage com o outro, estabelecendo assim as relações sócias. Toda a criança precisa passar pelo processo de garatuja, isso no futuro lhe dará segurança na construção da escrita e leitura. A criança deficiente também passa por esse processo, porém o seu tempo é maior devido as suas impossibilidades, cabe ao professor proporcionar atividades para que avance nesse processo. De acordo com Gardner.

A criança passa por um processo de desenvolvimento e a cada etapa de sua vida constitui um aprendizado necessário para o futuro. Entendendo que se uma dessas fases não foi bem desenvolvida durante o processo, afetará o seu crescimento intelectual, não que ela não vai aprender, ela aprenderá sim, porém o professor que detectar o problema deve fazer atividades que venham sanar essa dificuldade. (GARDNER, 1994, p.75).

O desafio da educação inclusiva é aproximar o aluno deficiente do saber, rompendo as barreiras que o separam da escola e do conhecimento. Esta mediação pode acontecer de forma eficaz quando o professor tem conhecimento das linguagens da arte e seu poder de intervenção pedagógica e propõe para os demais colegas um planejamento coletivo, partindo das possibilidades que a arte oferece. Os professores, sujeitos desta pesquisa, acreditam que a arte é uma disciplina capaz de mediar e ajudar estes alunos a se desenvolverem afetivamente, socialmente e cognitivamente, A partir de atividades que proporcionem o autoconhecimento, as potencialidades e habilidades, a interação e troca entre o grupo, os alunos percebem que fazem parte deste grupo, e são capazes de construir seus saberes. Para isso, os professores precisam praticar a ação-reflexão-ação sobre sua prática pedagógica, além da pesquisa e o conhecimento sobre o aluno deficiente. O professor deve aceitar os mesmos com igualdade, compreendendo o processo e o tempo de cada um.

Analisando o pensamento de Fernández (1990), ela diz que somente ao relacionar-se com o saber, interar-se com o conhecimento é que se pode compreender o significado da aprendizagem. A sala de aula deve ser um espaço de liberdade, de limites e de confiança entre professor e aluno e que os conteúdos venham ao encontro do aluno onde a construção do conhecimento abrange a todos com igualdade, aceitar a inclusão dos diferentes, com afeto e respeito. É nesse espaço de interação que a aprendizagem vai acontecer.

O reconhecimento de uma sociedade inclusiva, onde todos tenham a mesma chance, deve ser acompanhado da conscientização sobre a necessidade de incluir nos currículos escolares as habilidades e competências para lidar com as novas diretrizes de conhecimentos.

A arte é capaz de transitar pelos caminhos da interdisciplinaridade na busca de alternativas educacionais inclusivas, considerando todos os alunos de forma singular no sentido que todos aprendem de formas diferentes. Portanto o professor precisa saber orientar os alunos, ser o mediador da aprendizagem, ora estimulando o trabalho individual, ora apoiando o trabalho em grupo.

As linguagens artísticas são um dos recursos educacionais lúdicos e adequados para instigar as potencialidades durante o desenvolvimento dos alunos. Segundo Barbosa (1991), a arte não é apenas enfeite, mas uma forma diferente de interpretar o mundo, a realidade, o imaginário, porque leva as pessoas a desenvolverem sua capacidade de percepção, imaginação, criação, observação e transformação da realidade que a cercam. Dessa forma, a atividade artística é de suma importância para o desenvolvimento do aluno deficiente, pois propicia o contato consigo próprio e a interação com os colegas, a partir da organização de propostas de valorização do potencial do aluno deficiente que desenvolva a curiosidade, autonomia, sensibilidade, capacidade de escolhas e expressão criadora.

Com o desenvolvimento da prática artística, o aluno conquistará novas habilidades como controlar suas ações e usar movimentos diferentes que resultam em vários tipos de ações como: pintar, desenhar, imprimir, rabiscar, amassar, modelar, recortar, rasgar, colar, enfim organizar e desorganizar, criar e recriar. O aluno amplia desta forma, suas possibilidades e supera suas limitações. Segundo Valle e Vianna (2004, p. 81), diz que “o educador Vygotsky entende a arte como

trabalho, produto da atividade humana, onde o ato de criação envolve cognição e linguagens para exprimi-la.”

Para entender como funciona o processo de criação, ou seja, como a arte desenvolve no aluno o processo de fruição, reflexão e produção – os três eixos de estudo da arte – o professor precisa ter domínio e conhecimento das linguagens artísticas. O conhecimento destas linguagens possibilita a produção de uma mediação desafiadora que provoque e estimule a curiosidade do aluno, a fim de ampliar seu conhecimento de mundo, e conseqüentemente ampliar o processo de assimilação e acomodação do conhecimento.

Frente à argumentação de uma professora “eu só posso interferir e ajudar naquilo que tenho conhecimento” fica claro que não são todos os professores que conseguem fazer propostas inclusivas por meio da arte, apenas professores específicos da área.

A mediação faz toda a diferença no desenvolvimento dos alunos, pois é na interação com o outro que ele aprende e desenvolve seu potencial intelectual, não poderia ser diferente com alunos deficientes. A mediação é a condição fundamental para desenvolver o pensamento, o raciocínio, a percepção e a sensibilidade quando apoiado na interação social e do grupo a que pertence. Segundo Buoro (apud VALLE e VIANNA, 2004, p. 84) “educar é construir um olhar, um observar, sentir, fazer expressar e refletir”.

Cito novamente que é preciso conhecer o aluno deficiente, refletir no individual desse aluno, sentir e observar seus anseios e suas conquistas, para que se possa estimular adequadamente a imaginação e a criação de hipóteses, através de diferentes linguagens, fazendo comunicar-se com o meio social em que vive. Muitas vezes o grande obstáculo para os alunos deficientes, mesmo nos dias atuais está no isolamento, seja na família, na escola ou na sociedade. O que se traduz num aspecto negativo porque a criança deficiente deixa de conviver com outras crianças, ou adultos, o que pode prejudicar seu desenvolvimento integral.

Segundo Lakomy (2003), baseado na teoria de Vygotski, o desenvolvimento cognitivo da criança é um processo de assimilação ativa do conhecimento histórico social existente na sociedade em que ele nasceu. Esse conhecimento é internalizado pela criança através da sua interação ou trocas sociais com as pessoas que a rodeiam. Ou seja, na infância, a atividade cognitiva da criança é determinada

pelo seu grau de estímulos proporcionados a ela pela mediação do adulto. Seguindo a linha teórica de Vygotski, quanto mais se proporcionar diferentes tipos de estímulos para uma criança com deficiência, melhor vai ser seu desenvolvimento intelectual. É no convívio com o outro que ele terá chance de ariscar-se para vencer suas limitações e sentir-se pertencente ao grupo.

É na escola que essas experiências serão proporcionadas e vivenciadas pelo aluno deficiente. Para isso, a escola tem que ser uma escola inclusiva, com propostas pedagógicas inovadoras e com mediação adequada do professor. O professor deve partir do que o aluno é capaz de fazer e incentivá-lo a desafios visando superar suas limitações. Neste sentido, uma avaliação qualitativa, que contemple seu potencial de aprendizagem e possibilidades. Em suma o processo de ensino e de aprendizagem terá sentido para o aluno com deficiência quando o professor respeitar, segundo Vygotski a zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o desenvolvimento real do aluno e o seu desenvolvimento potencial. A zona de desenvolvimento real é caracterizada pela solução independente de problemas e a zona de desenvolvimento proximal pela solução de problemas sob a mediação e orientação do professor.

A aprendizagem do aluno deficiente é um processo lento e com muita paciência, que envolve a interação do professor e do meio. Portanto, o professor deve ficar atento aos fatores que motivam o aluno aprender, considerar a fase de desenvolvimento cognitivo, estimular o processo de interação social de forma a promover seu desenvolvimento integral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre acreditei na arte, de 17 a 21 de maio de 2010, realizou-se aqui na minha cidade um encontro de formação para gestores e professores sobre inclusão: a V Edição do Programa de Formação – Educação inclusiva: Direito à Diversidade. Durante o momento artístico uma escola trouxe uma pequena peça de teatro na qual o protagonista da história era um aluno deficiente. Não sei qual era a deficiência do aluno, mas percebi que a alegria dele em estar ali. Era contagiante! Do seu jeito à sua maneira, fez tudo corretamente, interagiu com os outros personagens e com a platéia. Fiquei emocionada e mais uma vez, esta cena, me fez pensar que a arte realmente pode fazer o diferencial na educação inclusiva. Este exemplo é concreto, representativo e ilustrativo de como as atividades artísticas promovem a inclusão de forma prazerosa trazendo ganhos para todos.

As atividades artísticas influenciam o modo como o sujeito aprende se comunica e interpreta os significados do cotidiano. Dessa forma, a arte permite participar de desafios coletivos e pessoais que contribuem para a construção da identidade pessoal e social. Experimenta e forma uma identidade nacional, permite o entendimento das tradições de outras culturas, além de ser uma área de aprendizagem ao longo da vida, pois faz com que o sujeito supere suas limitações e tenha controle emocional sem perder a auto-estima. Pode auxiliar na reabilitação de pessoas com deficiências, pois trabalha com a emoção, a percepção, a sensibilidade e a criatividade, que são elementos importantes para o desenvolvimento integral do sujeito.

Segundo os professores, são inúmeras as possibilidades de aprendizagem que a arte oferece, portanto é possível desenvolver propostas inclusivas para alunos com deficiências, mas afirmam que para isso o professor precisa compreender o seu papel de mediador do conhecimento através das experiências de vida que o aluno traz e da sua condição de aprender, sempre partindo das possibilidades do aluno para chegar a um resultado positivo. É preciso ter domínio de seu objeto de estudo, ou seja dominar o conteúdo da arte e saber relacionar com os demais componentes curriculares.

Para se iniciar um trabalho de inclusão é preciso que as escolas, em todos os seus seguimentos e aspectos, estejam preparadas para receber este sujeito

permitindo acessibilidade no espaço físico, bem como todo o suporte pedagógico necessário para a sua aprendizagem e seu desenvolvimento integral visando à formação de um cidadão.

Toda a mobilização escolar para receber o aluno deficiente é essencial, e a motivação da aceitação junto aos seus colegas, professores, equipe gestora e funcionários são importantes para que através de sentimentos nobres o processo de inclusão aconteça integralmente, promovendo o ensino aprendizagem e relações de afetividades no espaço escolar. Principalmente no que diz respeito à sala de aula, pois o professor deve ficar atento nas possibilidades que o aluno deficiente apresenta e trabalhar com ele a partir desse foco, e nunca pensar ações pedagógicas sozinhas. O professor deve propor um planejamento coletivo com os demais professores, a fim de encontrar conjuntamente respostas adequadas para atender a todos com dignidade, promovendo cidadania, inclusão e conhecimento.

Se a escola tem uma proposta inclusiva, segundo a opinião dos professores a arte pode auxiliar sim, com ações metodológicas interdisciplinares, através de um planejamento coletivo, pois a arte tem vários links que integram muito bem, com todos os componentes curriculares, a arte interage com o humano, abrange os sentidos, a razão e a emoção. Não tem fórmula fechada. É um caminho rápido para a aceitação do diferente também é um dos mais importantes transmissores de conhecimento, cheio de possibilidades educativas para a mediação de atividades que realmente sejam inclusivas. Através das manifestações emocionais que as propostas artísticas proporcionam, podem-se evidenciar conteúdos afetivos e o fornecimento de rico material ao professor, no sentido de orientar suas atitudes e alimentar suas estratégias que possam contribuir progressivamente para a efetiva aprendizagem dos alunos.

Os professores que colaboraram com essa pesquisa concordam que a arte pode ser um meio potencializador de atividades inclusivas, mesmo os professores que ainda não tiveram experiências com a inclusão de alunos deficientes também são da mesma opinião. Diante desse novo paradigma educacional, e para os novos cenários de aprendizagens na educação inclusiva, as linguagens artísticas vêm contribuir com uma metodologia prazerosa no ato de aprender, o lúdico é fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano nos seus primeiros anos de vida, e para o aluno deficiente não seria diferente. Atividades lúdicas

articuladas com a arte farão toda a diferença, estimulando o desenvolvimento de sua identidade como sujeito capaz de criar, recriar, participar e transformar. É nesse fazer e desfazer que inclui a alfabetização por meio das linguagens artísticas, nas possibilidades de movimento, formas e desenhos que se decodificam as formas de leituras e escritas.

Fazer a inclusão não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível. Para isto, o professor tem que estar aberto para as mudanças educacional e pronto para mudar sua prática pedagógica com os suportes de apoio para trilhar o caminho da inclusão. A escola deve se mobilizar e criar ações que venham atender as necessidades dos alunos deficientes sempre lembrando que a deficiência é ampla no sentido de suas especificidades. Para garantir o sucesso desse aluno no meio escolar essas novas regras e ações devem constar no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico. Além de promover uma interação com a equipe multidisciplinar que atende esse aluno e principalmente ter a família como parceira deste processo, para dividir as angústias e os avanços do aluno.

Mesmo tendo suporte, muitas vezes a dúvida chega. O que fazer para desenvolver uma metodologia inclusiva onde todos aprendam? Não se tem respostas concretas, muito menos uma receita pronta, mas a inclusão de alunos deficientes nas escolas regulares existe, e diante dessa realidade cabe aos professores e gestores encontrar juntos soluções cabíveis para desenvolver uma proposta inclusiva para suas escolas.

Diante desse desafio a escola está longe de alcançar seu objetivo de escola inclusiva. A teoria é bonita, parece fácil de aplicar, mas, no entanto, não são todos os professores que conseguem desenvolver um trabalho inclusivo. O caminho é longo, faz-se necessário, investir em formação para todos os professores a fim de atender a demanda de alunos com deficiências e suas especificidades que estão chegando à escola e promover a cidadania e o pleno desenvolvimento do sujeito deficiente. Aprimorar conhecimentos, buscar novas metodologias, e acima de tudo conhecer um pouco de cada deficiência, a fim de que quando se deparar com um aluno incluído estar pronto para começar uma nova estratégia de ensino onde todos aprendam.

Para minimizar o problema das diferenças educacionais de nossos alunos, principalmente dos alunos deficientes esse estudo apontou que o melhor caminho é

o planejamento coletivo e interdisciplinar tendo como eixo as linguagens artísticas, mas isso ainda não acontece, pois são poucos professores formados em arte e com conhecimento sobre a inclusão. Apesar de concordar que a arte é uma maneira eficiente de propor metodologias educativas para promover ações inclusivas, ainda não se tem no contexto escolar espaço e abertura para um planejamento coletivo com os demais colegas. A escola precisaria em primeiro lugar, desenvolver um projeto de formação continuada com seus professores e pensar em projetos a serem desenvolvidos em prazos de pouca duração, com um eixo articulador para contemplar um planejamento interdisciplinar. Esse eixo articulador pode ser articulado com a as linguagens da arte, com o auxílio do professor de arte que poderá puxar os links com os outros componentes curriculares.

A arte pode ser um canal de abertura para ações metodológicas inclusivas, pois é de fácil compreensão quando trabalhado de forma adequada e com o professor qualificado, pois desenvolve habilidades e competências necessárias para assimilar e acomodar o conhecimento transmitido pela escola. Os professores não estão preparados para isso, mesmos os professores de arte precisam de qualificação específica na educação inclusiva. São com desenhos, pinturas, formas, escultura, volumes, brincadeira, jogos teatrais, musicalização, danças e movimentos que alunos deficientes adquirem equilíbrio emocional, concentração e motivação para aprender a decodificar formas de leituras e escritas bem como entender conceitos mais complexo.

Na perspectiva da educação inclusiva não há espaço para transmitir apenas informações de conhecimento. E sim é um espaço para construção do conhecimento. E essa construção só é possível com a presença de signos, símbolos, imagens e sons, considerando o meio cultural do aluno, como agentes mediadores e ferramentas úteis no processo de aquisição desse conhecimento. Para tanto o professor deve adequar posturas e métodos a um modelo de educação que coincida com práticas educativas atuais e inclusivas, a mediação, portanto adquire um caráter de construção do conhecimento: o aluno como sujeito que aprende, o professor como mediador, o lúdico como ferramenta a ser empregada.

Afinal a inclusão é uma realidade e as propostas educacionais têm que mudarem. Não se pode mais continuar ensinando apenas com quadro, giz e livro didático. É preciso inovar, buscar novas alternativas, usar os recursos tecnológicos

que são muito ricos em atividades interativas, além de ser altamente inclusivas. É necessário sempre respeitar o momento do aluno e suas limitações, acreditando nas possibilidades e não na deficiência do aluno, só dessa forma o professor estará desenvolvendo o papel de educador consciente, procurando conquistar um mundo de igualdade social dentro da grande diversidade que é a humanidade. A escola é a instituição social com grande responsabilidade no desenvolvimento integral dos processos educativos, por isso é necessário que seja flexível e atualizada, preparando os alunos para a sociedade em constantes oscilações e mudanças.

5. REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no Ensino da Arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Arte**. Terceiro e quarto ciclo. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DAMILANO, José Luiz Padilha. TURCHIELLO, Priscila. **Política e Gestão em Educação Especial**. Especialização Educação Especial: Déficit cognitivo educação de surdos. Modulo I, 2008

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

GARDNER, Haward. **A criança Pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Inclusão – Revista da Educação Especial. **Destaque Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**. Janeiro/junho de 2008.

LAKOMY, Ana Maria. **Teoria cognitiva da aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2003.

LOWENFELD, Vitor. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MENEZES, eliana da Costa Pereira de. MUNHÓZ, Maria Alcione. **Metodologia Para o Atendimento do aluno com Déficit Cognitivo**. Especialização Educação Especial: Déficit cognitivo educação de surdos. Modulo III, 2009.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade processo de criação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____ **Universo da Arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

REILY, Lúcia Helena. **Atividades de Artes Plásticas na Escola**. São Paulo: Pioneira, 1976.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais na Sala de Aula**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórica cultural**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALLE, Neli Klein do. VIANNA, Maria Letícia Rauen. **Psicodrama Pedagógico e Arte-Educação**. Curitiba: IBPEX, 2004.

VYGOTSKI, Lev. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Maritns Editora, 1996.

6. ANEXOS

Questionários encaminhados para os professores.

Universidade Federal de Santa Maria

Especialização Educação Especial; Déficit cognitivo Educação de Surdos.

Aluna: Helena Biondo Kobielski

Pesquisa de Campo

Essa pesquisa tem o objetivo de investigar como o professor de Arte sente o processo de inclusão, nas escolas regulares.

Nome do entrevistado _____

Graduação _____

Especialização _____

Mestrado _____

Escola que atua _____

Quanto tempo é professora de arte na rede municipal _____

1 - Na sua experiência de professora de arte, já teve um aluno com deficiência? Fale como foi esta experiência.

2- Que efeitos um aluno com deficiência produziu no planejamento do teu trabalho pedagógico, e no planejamento de suas aulas.

3 – Como você vê a arte e o uso da linguagem artística frente aos processos educacionais inclusivos?

4 – Como você observa a mediação estabelecida por meio da arte para os alunos com deficiências, em seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social?